
HISTÓRIA, SEGURANÇA E DEFESA
— UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR —

Nuno Severiano Teixeira

HISTÓRIA, SEGURANÇA E DEFESA (*)
— UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR —

A relação entre a História e a Segurança e Defesa pode pensar-se sob dois pontos de vista distintos:

- O primeiro, e provavelmente o mais óbvio, poderia equacionar-se do seguinte modo: como todas as actividades humanas, também a Segurança e Defesa se inscrevem no tempo e como tal têm uma história. O primeiro contributo da História para a Segurança e Defesa poderia ser, assim, o de fazer a própria história da Segurança e da Defesa.
- O segundo, certamente mais complexo, poderia equacionar-se desta outra forma: em que medida, onde e como é que a História, enquanto discurso científico constituído, poderá contribuir para o corpo de conhecimentos relativos à Segurança e Defesa. Dito de uma outra maneira, qual o estatuto epistemológico, qual o objecto de estudo e qual o procedimento metodológico do discurso historiador numa perspectiva interdisciplinar — História/Segurança e Defesa.

É a partir desta segunda postura e da problemática que ela suscita, que poderá pensar-se a questão a este nível de interdisciplinaridade. Antes, porém, importa fazer duas considerações. A utilização da categoria «História» impõe desde logo uma precisão e suscita alguma perplexidade. Precisão, porque «história» é uma palavra polissémica e que tem pelo menos dois registos. Enquanto a sociologia estuda a sociedade, a biologia estuda a vida, ou a demografia estuda a população, a história estuda a história. Neste primeiro registo, a história designa a vivência real do passado — o acontecimento. No segundo, designa o estudo desse mesmo passado — o relato do acontecimento. Acrescente-se, desde já, do acontecimento ver-

(*) Comunicação apresentada na mesa-redonda sobre a Estrutura dos Conhecimentos sobre Segurança e Defesa, realizada no IDN em Novembro de 1989.

dadeiro. Ao contrário do que acontece no romance, em que o relato é ficção, na história o relato é verdadeiro. A história é um conhecimento que se pauta por uma norma de verdade. É neste segundo registo que falo da história, não como realidade, mas como saber.

Perplexidade, porque «a História» hoje não existe. O que existe é uma multiplicidade de «histórias» com objectos teóricos distintos, procedimentos científicos, isto é, práticas teórico-metodológicas diferentes, e discursos autónomos. Mais, a própria categoria comum que poderia unificar o campo da história — o Tempo — desdobrou-se numa multiplicidade de tempos, próprios a cada um dos diferentes campos, com ritmos e durações diversas.

A «História», pois, não existe, existem, sim, uma história económica, uma história demográfica, uma história social, cultural, política, antropológica, e os domínios poderiam continuar a desdobrar-se, quase indefinidamente. Quando falo da «História» faço-o por comodidade, mas, para pensar o seu contributo para a Segurança e Defesa, terá que partir-se dessa pluralidade de histórias, deste estado que entre os historiadores costuma designar-se de «estilhaçamento da História».

Porém, para reflectir sobre esse contributo e para que se possa avaliá-lo mais rigorosamente, impõe-se uma definição clara sobre o estatuto epistemológico da História — a natureza científica e a função social do discurso historiador.

Desde que se procura a si própria como discurso científico, a história conhece dois momentos importantes: o primeiro é o da sua fundação na segunda metade do século XIX, o segundo, para nós decisivo, é o da sua grande renovação a partir de 1930, de que hoje a «Nova História» é a herdeira mais directa.

O momento da fundação é dominado pelas correntes positivista e idealista que, embora divergentes do ponto de vista epistemológico coincidiam não só teórica e metodologicamente mas também na leitura que faziam da função social da história. Para esta história tradicional, o facto histórico era apenas o facto único, singular, atomizado — o «grande acontecimento», normalmente político ou militar. O tempo histórico era apenas um — único, linear, contínuo e irreversível: «a sucessão dos acontecimentos». E também o sujeito histórico era apenas o sujeito individual e voluntarista, o protagonista do grande acontecimento, o Rei, o general, numa palavra — «o herói». A história era, assim, a sucessão no tempo dos grandes

acontecimentos protagonizados pelas grandes figuras. É o primado absoluto do acontecimento e o primado absoluto do político. Do ponto de vista teórico, esta concepção justificava-se: herdeira de Hegel, esta História tradicional considerava o Estado o lugar privilegiado da mudança histórica e o homem, individual e voluntariamente considerado, o seu sujeito. Daí uma história de grandes acontecimentos políticos, protagonizados por grandes figuras em função do Estado. Mas esta concepção justificava-se também pela leitura que faziam da função social da história. É que a história cumpria também uma função política — uma tarefa nacional, que era a transmissão dos valores culturais e políticos de um povo pelo estudo do seu passado. Ora, por este culto deliberado da Pátria que esta história fazia, passava frequentemente a legitimação dos regimes. É certo que este primeiro passo para uma história científica se constitui, no quadro dos movimentos nacionalistas e do reforço dos estados nacionais, na segunda metade do século passado. Porém, como diz Paul Veyne «assimilar a história científica às recordações nacionais de que ela procede é confundir a essência de uma coisa com a sua origem; é não distinguir a química da alquimia, a astronomia da astrologia» (1).

Ora, é precisamente contra esta concepção da história e da função política que desempenha, que procede a grande renovação historiográfica que conduz à «Nova História». Esta renovação, empreendida pela chamada «escola dos Annales», regista-se a dois níveis: o da concepção da própria história e o da sua função social. O paradigma do novo discurso historiográfico assentava num célebre artigo de François Simiand — «Méthode Historique et Sciences Sociales», de 1903 — retomado pelo manifesto dos primeiros «Annales» de 1929, em que se criticavam «os três ídolos da tribo dos historiadores» — o ídolo político, o ídolo individual e o ídolo cronológico. Contra a história exclusivamente política propõem Marc Bloch e Lucien Febvre uma história económica e social da qual sairiam outros domínios, contra o sujeito individual, propõem uma história total das sociedades, e contra a cronologia do tempo único, linear e contínuo, virá Fernand Braudel propor a pluralidade dos tempos. Esta mudança, implica desde logo, o alargamento do campo da história e a reformulação das suas concepções teóricas e procedimentos metodológicos. Não só o facto político é histórico, mas todos os factos humanos e tudo o que é histórico é

(1) Paul Veyne «Histoire», in *Encyclopaedia Universalis*, vol. 8, Paris, 1968, p. 423.

digno de história. Mais, o lugar privilegiado da mudança histórica não é o Estado mas as sociedades na sua globalidade, e o sujeito não é só, nem fundamentalmente, o «herói», mas sim os grupos sociais. A História não interessa apenas o acontecimento, interessam também as conjunturas, as estruturas e os tempos que lhe são inerentes, os tempos de duração média e longa. A História constitui, assim, um paradigma epistemológico assente na interdisciplinaridade com as diversas ciências sociais em busca dum estatuto científico. Estatuto científico este, que não é compatível com a função política da história tradicional. É toda uma outra leitura da função social da história que se desenha desde os «Annales» à «Nova História». «O historiador — como diz André Bourguière — deverá deixar de fornecer os argumentos à nação e aos governantes, de alimentar a sua necessidade de legitimidade retrospectiva, deve procurar pelo contrário dar-lhes os meios de melhor compreender, por isso de melhor gerir os mecanismos da realidade social»⁽²⁾. Não quer isto dizer que não haja, antes, condicionalismos sociais na produção do discurso histórico (há-os em qualquer ciência); não quer dizer também que não haja, depois, apropriações sociais do discurso histórico (há-as também em qualquer ciência); quer dizer, sim, que a função da história é produzir informações verdadeiras, sem que estejam *ao serviço de* e procurar inteligibilidade para alguns mecanismos sociais. Em suma, a História deverá elaborar soluções técnicas, e não legitimar escolhas políticas.

Depois desta história tradicional, que desempenhava uma função política, negando que a desempenhava, e duma certa história marxista que assumia explicitamente essa função, parece hoje pacífico na comunidade historiográfica, e muitas são as correntes epistemológicas no seu seio, que não faz história *ao serviço de*, seja este *de* identidades nacionais, memórias colectivas, ou legitimidades políticas. E isto, seja em função do *statu quo*, ou da revolução.

A história não é a expressão de situações existenciais, é um conhecimento científico cuja norma é a verdade e a independência em relação às apropriações sociais que o seu discurso possa suscitar — dos programas

(2) André Bourguière, «Histoire d'une Histoire: La Naissance des Annales», in *Annales E. S. C.*, Paris, 1979, p. 1356.

escolares às comemorações históricas, passando pelas legitimações políticas (3).

Assim, sumariamente definido o estatuto epistemológico da História, é a partir destas duas proposições — a da natureza científica e da independência do seu discurso — que terá que pensar-se a contribuição da História para o corpo de conhecimentos relativo à Segurança e Defesa.

Importa agora procurar e definir qual ou quais os objectos de estudo, ou seja, qual ou quais os domínios historiográficos em que a interdisciplinaridade é possível. Partindo duma concepção restrita do conceito de Segurança e Defesa, o contributo privilegiado da História viria indubitável e exclusivamente da História Militar. Porém, partindo do conceito lato e integrado de Segurança e Defesa — que aqui se considera — terão que ponderar-se outros domínios historiográficos, com particular relevo para a História das Relações Internacionais. História das Relações Internacionais porque justamente, ao contrário da História Diplomática tradicional, esta assume uma postura epistemológica globalizante e integrada que responde precisamente ao conceito considerado de Segurança e Defesa. Partindo do concurso interdisciplinar dos diversos domínios historiográficos, a História das Relações Internacionais procura um enfoque total dos fenómenos internacionais nos seus diferentes níveis de funcionamento (do interestatal ao transnacional) e graus de conflitualidade (da paz à guerra) (4).

História Militar e História das Relações Internacionais são, portanto, os dois domínios historiográficos cujo contributo para o corpo de conhecimentos sobre Segurança e Defesa parece constituir-se como mais importante.

Definidos os domínios de colaboração interdisciplinar, qual o procedimento metodológico operatório? Lucien Febvre não se cansou de dizer que «a história era ciência do passado/ciência do presente» e Marc Bloch disse sempre que «o passado e presente se iluminam reciprocamente», isto é, não só o presente questiona o passado, também o passado informa sobre

(3) O processo de renovação historiográfica que vai da História Tradicional à Nova História e que aqui se sumaria é um processo longo e extremamente complexo. Uma análise um pouco mais detalhada pode encontrar-se em Nuno Severiano Teixeira «A História Política na Historiografia Contemporânea», in *Lei História*, n.º 13, Lisboa, 1988, pp. 77 a 102.

(4) Veja-se a este respeito Pierre Renouvin/Jean-Baptiste Duroselle, *Introduction à l'Histoire des Relations Internationales*, Paris, 1964, e especialmente Jean-Baptiste Duroselle, «De l'Histoire Diplomatique à l'Histoire des Relations Internationales», in *Mélanges Pierre Renouvin. Etudes d'Histoire de Relations Internationales*, Paris, 1966, pp. 1 a 15.

o presente. Ora é aqui que reside o cerne da questão — o melhor conhecimento do passado pode contribuir para a melhor compreensão do presente, e esta para a melhor gestão do futuro. Esta consideração é tanto mais pertinente nas questões que tangem com a Segurança e Defesa, quanto o corpo de conhecimentos que se lhes referem não deixam de ter uma dimensão eminentemente praxiológica. É neste sentido, e desta forma, que deverá correr a contribuição da História para o corpo de conhecimentos sobre Segurança e Defesa. Contribuição importante, quiçá indispensável, mas, por vezes, contestada.

De facto, existem hoje algumas correntes teóricas que consideram a História negligenciável ou simplesmente acessória no conhecimento das questões internacionais, nomeadamente nas que se referem à Segurança e Defesa. O conhecimento privilegiado para estas questões estaria, exclusivamente, na formalização abstracta — nos modelos matemáticos, na teoria dos jogos, na teoria dos sistemas, na construção de cenários hipotéticos de relações hipotéticas entre potências reais, ou, até mesmo, entre potências imaginárias. E seria do correr destes jogos e do funcionamento destes modelos que poderia retirar-se o conhecimento mais adequado das regras do presente e os indicadores mais seguros para a gestão do futuro. Esta postura epistemológica que se revela operatória para a determinação do fenómeno de carácter geral e necessário, muito dificilmente o será no domínio do particular e do aleatório, tão característico nos fenómenos internacionais e muito especialmente nas situações de tensão e conflito. Mais, partindo duma perspectiva sincrónica esta postura dificilmente considera o factor mudança igualmente importante nestes fenómenos. E é aqui que a História pode tornar-se um contributo indispensável.

Não quero com isto negar o valor dos «modelos formais», quero dizer, sim, que não são a única forma de conhecimento e que, para certos domínios, não são mesmo a forma mais operatória. Aí, os «modelos teóricos» construídos a partir da generalização comparativa dos casos históricos (no sentido do ideal-tipo de Max Weber) poderão revelar-se contributo significativamente mais válido. Não se trabalha então com actores imaginários que reagem a situações imaginárias com decisões imaginárias, mas antes com actores concretos, situações concretas e, mais do que isso, com decisões cujos resultados a história conhece. Ao contrário das ciências da natureza, as ciências sociais não podem reproduzir em laboratório os fenómenos que querem conhecer, não podem reproduzir, cada vez que o estudo o

impõe, crises, guerras ou revoluções. Ora a História, como realidade, constitui esse enorme laboratório. A História como saber, nomeadamente a História Militar e a História das Relações Internacionais, pode contribuir para a inteligibilidade dos mecanismos internacionais, particularmente as crises e as guerras. A operação metodológica que poderá permitir uma tal inteligibilidade é, sem dúvida, a «comparação histórica». No campo da Ciência Política e das Relações Internacionais, Raymond Aron não só constitui toda a sua obra sobre este paradigma (sendo um weberiano, é natural que o tivesse feito) como teorizou mesmo sobre o assunto, procurando fundar sobre «comparação histórica» a inteligibilidade de alguns mecanismos internacionais⁽⁵⁾. No campo da História, Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle fundaram toda a sua obra sobre esse mesmo paradigma. Ambos o teorizaram numa primeira fase apenas para a História, lançando precisamente a «História das Relações Internacionais»⁽⁶⁾. O segundo, mais recentemente, ensaiou mesmo uma teoria geral das relações internacionais — como ele próprio dizia — «à base da História»⁽⁷⁾. De facto, após um período de crise sob o triunfo dos modelos abstractos, começa a registar-se, a partir da segunda metade da década de 70 e sobretudo 80, o «retorno do acontecimento»⁽⁸⁾, e o recurso ao «facto histórico» e à «comparação histórica» como fonte e método para o conhecimento destes fenómenos. E isto não só entre historiadores⁽⁹⁾, mas também entre politólogos⁽¹⁰⁾, tanto na Europa como nos Estados Unidos. A partir desta metodologia da comparação de casos históricos — determinando as suas analogias mas igualmente as suas diferenças — a História consegue, desta forma e neste domínio, uma análise global e sistemática: 1) *empírica*, porque a partir dos acontecimentos, conjunturas e estruturas concretas; 2) *evo-*

(5) Raymond Aron, «Des Comparaisons Historiques», in *Études Politiques*, Paris, 1972, pp. 426 a 445.

(6) Pierre Renouvin/Jean-Baptiste Duroselle, op. cit.

(7) Jean-Baptiste Duroselle, *Tout Empire Périra*, Paris, 1982.

(8) Veja-se a este respeito Pierre Nora, «Le Retour de l'événement», in Jacques Le Goff / Pierre Nora, *Faire de l'Histoire*, vol. I, Paris, 1974, pp. 210 a 228.

(9) No campo da História, as escolas de História das Relações Internacionais de Renouvin e Duroselle e de História Política de René Rémond são os exemplos mais acabados. Ambas produziram balanços do seu trabalho que o demonstram amplamente. Vejam-se, respectivamente, *Relations Internationales*, n.º 41, Paris, 1985, e *Pour une Histoire Politique*, Paris, 1988.

(10) Entre os politólogos vejam-se, por exemplo, Edward Azar, «Les Données événementielles, origines et perspectives d'une méthode scientifique en relations internationales», in *Études Internationales V*, Paris, 1974, pp. 3 a 24, e especialmente Charles Keggan, *International Events and Their Comparative Analysis of Foreign Policy*, Columbia, 1975.

lutiva, porque assente na sucessão dos acontecimentos, e por isso sensível à sua diversidade; 3) *metódica*, porque atenta não só à permanência mas também à mudança. Esta tripla análise regista simultaneamente a regularidade (constantes e linhas de força) e a particularidade (o que é específico a cada caso) e confere à História, através da compreensão do passado, uma certa inteligibilidade do presente, no campo dos mecanismos internacionais, particularmente o agravamento das tensões, a agudização das crises, o desencadear das guerras⁽¹⁾.

Em síntese, poder-se-ia dizer que a «comparação histórica» nos domínios da História Militar e das Relações Internacionais pode proporcionar a inteligibilidade de determinados fenómenos cujo conhecimento é indispensável ao corpo de conhecimentos sobre Segurança e Defesa. Finalmente, e como conclusão, deve dizer-se que o contributo da História para a Segurança e Defesa não é a de legitimar, retrospectivamente, um qualquer regime, uma qualquer decisão de política externa, uma qualquer guerra; a contribuição da história é a de produzir informação verdadeira e procurar a compreensão de certos mecanismos que possa ser útil à tomada de decisão, mas independente dela.

Um exemplo privilegiado poderá ilustrar a tese defendida: a elaboração de uma Grande Estratégia Nacional. A construção de uma Estratégia Nacional depende antes de tudo duma correcta definição dos Objectivos Nacionais Permanentes⁽²⁾, e esta definição decorre da própria História. Como em geral também aqui, talvez sobretudo aqui, a história não pode estar sujeita a utilizações ideológicas, nem mesmo nacionalistas. E se o estiver, corre o risco de tornar-se contraproducente do próprio ponto de vista da Segurança e Defesa. Porque ao distorcer a verdade no sentido nacionalista está a contribuir, por um lado, para uma incorrecta avaliação do Poder Nacional (exaltando as potencialidades e minimizando as vulnerabilidades), e, por outro, porque o mesmo tipo de distorções poderá concorrer para uma incorrecta definição das ameaças. Uma vez mais a História permite definir as regularidades e as particularidades históricas, indispensáveis

⁽¹⁾ Veja-se a este título um caso concreto de aplicação deste paradigma e a interessantíssima reflexão sobre a sua validade e limites in Dominique Moïsi (org.) *Crises et Guerres au XX siècle*, Paris, 1984.

⁽²⁾ Sobre os Objectivos Nacionais Permanentes e sua relação com a Estratégia Nacional veja-se Raymond Aron, *Paix et Guerre entre les Nations*, Paris, 1962, pp. 81 a 92. Especialmente sobre o caso português veja-se Virgílio de Carvalho, *Cumprir Agora Portugal*, Lisboa, 1987, pp. 95 a 177.

à definição dos Objectivos Nacionais Permanentes. Não é por acaso que a independência portuguesa é feita da compreensão de algumas dessas constantes — o equilíbrio geopolítico entre a Terra e o Mar; a procura secular de compensações marítimas para as pressões continentais; a consequente aliança privilegiada com a potência marítima. Mas que o é, igualmente, da compreensão de algumas dessas particularidades — o facto de ser uma pequena potência, o facto da sua força e a sua independência não assentarem fundamentalmente nos Factores Materiais (GEM) na fórmula de Clyne, mas sim na Força Anímica (SW) — a vontade política de ser português⁽¹³⁾. Foi ela que cumpriu o Império, só ela poderá cumprir esse Portugal que o poeta diz que falta cumprir-se.

Nuno Severiano Teixeira

Instituto Universitário Europeu — Florênc
Universidade Católica Portuguesa — Lisboa

⁽¹³⁾ Vejam-se Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa — Constantes e Linhas de Força*, Lisboa, 1987, e Nuno Severiano Teixeira, «Relações Externas de Portugal — séculos XIX e XX», in *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, vol. II, Lisboa, 1986.